

“TRANSGENTE”: MERGULHOS NAS SIGNIFICAÇÕES DE CORPOS TRANSGRESSORES

Ailton Dias de MELO¹

Universidade Federal de Lavras, UFLA
no.tl.ia@hotmail.com

Cláudia Maria RIBEIRO²

Universidade Federal de Lavras – MG
ribeiro@ded.ufla.br

Resumo: A proposta deste texto é problematizar aspectos do documentário brasileiro “De gravata e unha vermelha” da psicanalista, roteirista e diretora Miriam Chnaiderman explorando as águas revoltas da transgeneridade e focando nos conceitos de transgressão, resistência e heterotopia na obra de Michel Foucault. Mergulhamos no conceito de “transgente” cunhado por Letícia Lanz, pelas contradições dos corpos e seus processos de subjetivação; apontamos para estranhamentos da linearidade das relações entre sexo-corpo-gênero, vigente como discurso de verdades na sociedade ocidental contemporânea; ampliamos os horizontes das discussões no campo das multiplicidades de possibilidades de habitar esse mundo. As reflexões são desdobramentos de uma pesquisa do mestrado profissional em educação da UFLA que surfou por processos rizomáticos de análises e que nos indicam constantemente outras, novas e muitas práticas discursivas que desafiam questionamentos. Assim, ao problematizar as transgeneridades e as expressões das sexualidades instigamos a elaborar perguntas que podem ser geradoras de tantas outras perguntas.

Palavras-chave: gênero; transgressão; resistência, sexualidade.

Abstract: The proposal of this text is to problematize aspects of the Brazilian documentary “De gravata e unha vermelha” by the psychoanalyst, writer and director Miriam Chnaiderman, exploring the transgender revolts’ waters and focusing on the concepts of transgression, resistance and heterotopia in Michel Foucault’s work. We dive ourselves into “transgente” concept coined by Letícia Lanz, by the contradictions of the bodies and their subjectivation processes. We point to strangeness of linearity of the sex-body-gender relations, in force the discourse of truths in contemporary western society. We broaden the discussions horizons in the field of multiplicities of possibilities to inhabit this world. The reflections are unfolding from a research of the professional masters’ degree in education at the Federal University of Lavras – UFLA that ‘surfed’ by rhizomatic processes of analysis and that constantly indicate us other, new and many discursive practices that challenge questions. Thus, when we problematize the issues about transgenders and sexualities expressions we instigate to elaborate questions that can be generating by many others.

Keywords: gender; transgression; resistance, sexuality.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Lavras, UFLA. Servidor Público na Prefeitura Municipal de Perdões, SMEC.

² Professora Associada no Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavras - MG

Molduras que tentam apreender a vida

Navegando pelos mares das transgeneridades deparamo-nos com uma fonte inesgotável para problematizações: o documentário brasileiro – “De gravata e unha vermelha” - dirigido por Miriam Chnaiderman, que apresenta em diversas entrevistas o universo transgênero compreendendo transexuais, drag queens, travestis, homens e mulheres trans, cross-dressers, enfim pessoas transgêneras que preferem não se encaixar em nenhum dos lados do binarismo vigente, evitando nomes e descrições. O documentário, portanto, constituiu-se em nosso material empírico e surfamos por várias personalidades intensas, transgressoras e provocadoras, do mundo da moda, da música, do teatro, da publicidade e da militância transgênera que compõem o documentário. Assim, encontramos com Dudu Bertholini, Candy Mel, Laerte, Rogéria, Johnny Luxo, Letícia Lanz, Bayard Tonelli, João W. Nery, Ney Mato Grosso, Taís Souza, Bianca Soare, Eduardo Laurino, Samanta Aguiar, Léo Moreira Sá e Walério Araújo. A seu modo cada pessoa convidada por Miriam Chnaiderman narra como se constituíram ou se constituem todos os dias na expressão de gênero ou não gênero com os quais se identificam ou escolhem viver e se expressar.

Partimos de uma concepção mais geral para buscarmos por especificidades do universo trans, percebendo que nos últimos anos surgiu uma gama de conceitos que passaram a ser compreendidos dentro da transgeneridade. Segundo Letícia Lanz³ em seu site “Arquivo Transgênero”:

Até pouco tempo, existiam apenas dois “rótulos” básicos para os “transgressores” de gênero – travesti e transexual – que deviam cobrir todas as variações de gênero. As classificações mais recentes compreendem inúmeras outras categorias, desde o “crossdresser” de armário até as transexuais pré e pós-operadas, passando pelos transformistas e dragqueens. Dentro da comunidade transgênera, tornaram-se frequentes acalorados debates sobre quem pertence a que grupo, quem tem direito a que título, quem é genuíno e quem é “fake” (falso). Em função dessas classificações e subclassificações internas, surgiu uma verdadeira hierarquia transgênera dentro da comunidade transgênera. E essa preocupação por classificar e

³ Psicanalista, Poeta, Escritora e Pensadora. Mestre em Sociologia pela UFPR e Especialista em Gênero e Sexualidade pela UERJ, formou-se também em Economia e fez mestrado em Administração de Empresas na UFMG. Fez diversas especializações no exterior, entre elas nas áreas de Saúde e Forma Física (Londres) e de Desenvolvimento de Pessoas (Tóquio). Casada há 38 anos, tem três filhos e três netos. Publicou diversos livros entre os quais “Eu, Comigo, Aqui e Agora” (8ª edição), “Muito Prazer em Me Conhecer” (6ª edição) e “Os Segredos de Crescimento Pessoal Mais Bem Guardados do Mundo”. “O corpo da Roupas”. Participou da fundação da ABRAT – Associação Brasileira de Transgêneros, tendo sido sua primeira presidente. Fundou ainda o Movimento Transgente, que congrega hoje uma parcela bastante representativa da população transgênera do país.

“excluir” acabou sendo um grande instrumento auxiliar da sociedade no seu trabalho de marginalizar e estigmatizar variações de gênero (LANZ, 2013).

Essa temática de construção de “nomes” ou “rótulos” ligados às expressões de gênero e as vivências dos prazeres relacionais perpassa nossas investigações porque entendemos que toda conceitualização delimita, cerceia, enquadra e é importante questionar a quem serve esse tipo de ação. Assumimos a concepção de sexualidade em uma perspectiva histórica. Também para a problematização dos conceitos de transgressão, resistência e heterotopia, tal como estão concebidos na obra de Michel Foucault, lançamos mão de um entrelace com algumas questões de gênero; de modo especial as transgeneridades. A princípio e de modo bastante geral consideramos que este conceito compreende o fenômeno que engloba todas as pessoas que têm em comum a não identificação com comportamentos esperados do gênero que lhes é atribuído socialmente em função de seu chamado “sexo” biológico.

Para pensar sobre isso buscamos fazer um exercício de elucidação de alguns pressupostos da história da sexualidade e um aprofundamento num emaranhado de conceitos, discursos e dispositivos de controle.

Segundo Knudsen (2007), com o início do desenvolvimento da teoria da construção social, por meio do pensamento de Foucault e de outros autores na década de 70, a concepção da sexualidade incluiu uma forte crítica à biologia, numa distinção entre sexo e gênero, que seguiu em oposição às teorias essencialistas e ao naturalismo do comportamento sexual. Nessa nossa jornada, tomamos de modo especial como referencial teórico o pensador francês Michel Foucault que em três volumes de uma obra intitulada *História da Sexualidade* e em outras partes de sua obra trata de questionar a sociedade que segundo ele, desde o século XVIII, se maltrata pela sua própria hipocrisia.

Para Foucault (2014), desde essa época o sexo foi reduzido a uma função exclusivamente reprodutora e a vivência da sexualidade entre um “casal” formado por um homem e uma mulher passou a ser um “modelo”. Toda sexualidade vivida fora desse padrão tornou-se “amor mal” e por isso deve ser reduzido ao silêncio e se configura como o proibido.

A partir do século XVIII, o sexo foi colocado em discurso em nossa sociedade, produzindo-se uma verdade sobre ele que é também tida como uma verdade sobre os sujeitos. A sexualidade tornou-se objeto de atenção das instituições de controle, que

passaram a produzir um discurso que não é unicamente o da moral, mas também o da racionalidade.

Nossa história ocidental construiu assim um discurso sobre o sexo que se constitui atrelado às relações de poder. Segundo Foucault (2014), o poder incitou uma proliferação de discursos, através da igreja, da escola, da família, do consultório médico. Com isso essas instituições, ao contrário do que se pensa, não visavam a proibir ou a reduzir a prática sexual; na verdade visavam ao controle do indivíduo e da população. Na obra *O corpo educado – pedagogias da sexualidade*, Louro (2000) aponta como o poder estabelecido sobre o sexo dominou nossa cultura e deu para relação binária de norma reprodutiva e heterossexual um *status* de naturalidade.

[...] muitos consideram que a sexualidade é algo que todos nós, mulheres e homens, possuímos "naturalmente". Aceitando essa idéia, fica sem sentido argumentar a respeito de sua dimensão social e política ou a respeito de seu caráter construído. A sexualidade seria algo "dado" pela natureza, inerente ao ser humano. Tal concepção usualmente se ancora no corpo e na suposição de que todos vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma. No entanto, podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente "natural" nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza (LOURO, 2000, p. 6).

A sociedade ocidental se organizou, portanto, sobre padrões normativos rígidos, com premissas de “naturalidade” fazendo com que os indivíduos que por algum motivo escapam das expectativas e se constituem de modo diferente do previsto, esbarrem na manutenção do poder, tendo que enfrentar grandes desafios para ser e viver como acredita que deve e deseja. Isso se dá de modo especial porque os padrões foram normatizados pelas *Scientia Sexualis* (FOUCAULT, 2014). Existe, portanto um discurso chancelado pelo poder da “ciência”.

Nesse cenário, também as instituições sociais se consolidaram nas diversas configurações de grupos humanos para colaborar com a manutenção da disciplina. Por isso aludimos questões como família e casamento, escola, ritos sociais, cirurgias de redesignação dos corpos e etc. Foucault (2007) acena para os sentidos das disciplinas, sob os quais se reorganizaram as instituições na modernidade, baseadas em técnicas de poder que incidem sobre os corpos visando ao seu domínio detalhado para produzir subjetividades específicas:

[...] esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de ‘disciplinas’ (FOUCAULT, 2007, p. 180).

Segundo Oliveira (2007), as instituições sociais agrupam um conjunto de regras e procedimentos padronizados, reconhecidos, aceitos e sancionados pela sociedade. São modos de pensar, sentir e agir sempre preestabelecidos e destinados à normatização.

Os processos de normatização disciplinadores, baseados na masculinidade e consequentemente na heterossexualidade, passaram a produzir corpos dóceis e destinados a uma conformidade padronizada em dois polos. Assim, os investimentos do poder disciplinar e do biopoder concorreram para a produção de sistema linear de relações entre sexo-corpo-gênero, a partir da medicalização das práticas sexuais e da invenção do sujeito homossexual; intensifica-se um empreendimento biopolítico de controle sobre o corpo e a sexualidade.

Estabeleceu-se assim com rigor os limites do masculino e do feminino numa lógica binária que não prevê a possibilidade de se estar “entre” ou “além de”. A visão que vigora exclui e/ou pelo menos nega, considerando invisíveis as múltiplas alternativas de vivências não lineares de relações entre sexo, gênero e desejo, como apregoa a filósofa americana pós-estruturalista Butler (2014).

Diante de tantas questões levantadas percebemos que muito se precisa discutir para mergulhos profundos não apenas na forma como todo o processo se efetivou, mas, sobretudo como é mantido e que impacto vem exercendo nas novas gerações, uma vez que vem se sustentando pelos mecanismos institucionais de poder. Atentar para os impactos psicossociais, econômicos, culturais, afetivos que sofrem aqueles que ainda hoje são vistos como “os outros”, em um mundo fixado no poder do mesmo.

Tudo isso implica a instituição de desigualdades, de ordenamentos, de hierarquias, e está, sem dúvida, estreitamente imbricado com as redes de poder que circulam numa sociedade. O reconhecimento do “outro”, daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos, é feito a partir do lugar social que ocupamos. De modo mais amplo, as sociedades realizam esses processos e, então, constroem os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma (que estão em consonância com seus padrões culturais e aqueles que ficam fora dela, às suas margens. Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os “outros” sujeitos sociais que se tornarão “marcados”, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada

como "o segundo sexo" e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual (LOURO, 2000, p. 9).

Ousamos ainda avançar pelas possibilidades de resistência que encharcam o próprio poder, vislumbrando os possíveis caminhos da quebra dos paradigmas, dos padrões e das normas pelo viés da pluralidade. É nesse movimento das diferenças que a transgeneridade condensa uma multiplicidade de formas de viver e que desafia os limites do masculino e do feminino numa efetiva possibilidade de ser e estar “entre” ou “além de” ou um simplesmente não ser nada do que se espera, numa criação constante de novas performances.

Um não estar instalado que permite brincar com as fronteiras, borrar as demarcações. Não se trata de se escolher um ou outro polo, de ser uma coisa ou outra, mas uma e outra, ou nenhuma nem outra. Avança para as possibilidades de trânsito, de caminhar sem destino certo; são possibilidades de vivências de uma não definição para a construção individual do próprio corpo, uma defesa da livre expressão de gênero.

No entanto, não obstante todas as transgressões propostas pelas vias trans, é possível observar a impregnação de uma forma de querer tornar retilínea a construção de conjuntos, de grupos, de comunidades onde características físicas, expressões de gênero, orientações de desejos, numa nova e estranha insistência de constituição de identidade estranhamente precisam ser fixadas por conceitos que delimitam campos de ação, expressão e gozo.

Transgressão e resistência

Na contramão do discurso vigente na sociedade moderna Lanz (2014) afirma que o gênero diz de uma expectativa social. Nessa sociedade está implícito o desempenho que cada ser humano deve atender, tendo em vista o seu sexo genital, e endossa a crítica às concepções naturalistas de correspondência. Aponta para o gênero como uma construção social que varia intensamente entre culturas e épocas diferentes.

Para Lanz (2014) é apenas por uma definição cultural que temos a existência de duas, e ressalta apenas duas, categorias de gênero masculino e feminino ou homem e mulher. Essas duas categorias são ligadas pela cultura naturalmente ao sexo genital, em que se compreendem machos e fêmeas. Temos a partir daí uma apropriação do dispositivo binário de gênero para classificar os indivíduos nascidos machos e fêmeas, naturalmente

como respectivamente em “homens” e “mulheres”. Temos assim uma concepção dimórfica dos corpos.

Citando Giddens (2005), Lanz (2014) reafirma seu posicionamento sobre a ideia de distinção entre gênero e sexo:

Gênero [...] diz respeito às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres. O gênero está ligado a noções socialmente construídas de masculinidade e feminilidade; não é necessariamente um produto direto do sexo biológico de um indivíduo. A distinção entre sexo e gênero é fundamental, já que muitas diferenças entre homens e mulheres não são de origem biológica (GIDDENS, 2005, p. 102 apud LANZ, 2014, p. 42).

Nesse contexto, precisamos considerar que o termo transgênero surgiu para ser uma espécie de denominador geral de um grupo, marcado e reunido pelo desconforto da inadequação entre a forma que se deseja viver e expressar a sexualidade e o gênero, classificando todos os seus membros com base nos seus desvios relativamente ao comportamento que é socialmente esperado do gênero em que foram classificados ao nascer em função do sexo biológico (LANZ, 2013). Nesse caso o conceito se aplicaria a princípio a todos que em algum momento ou situação de suas vidas demonstrassem algum grau de desconforto ou se comportasse de maneira discordante do gênero em que estava enquadrado. Com o realce de múltiplas especificidades de formas de vivência e expressão o termo transgênero passou a não compreender uma designação geral dos indivíduos tidos como “portadores” de quaisquer tipos de “desvios” de gênero (sic).

No enfrentamento de uma concepção patologizante do termo Butler (2014) aponta para uma nova noção, em que se fala de ato performativo, para dizer das expressões de gênero. Trabalhando com a ideia de relações de poder e a ideia de transformação social, como transgressão, adota como paradigma os gêneros inteligíveis.

O conceito de transgressão precede o conceito de resistência na obra de Foucault. Segundo Revel (2011), o pensador francês toma esse conceito emprestado de Bataille, na década de 1960. A partir daí passa a indicar com esse conceito “a maneira pela qual o indivíduo consegue, de maneira voluntária ou fortuita, impedir o sucesso dos dispositivos de identificação, de classificação e de normatização do discurso” (REVEL, 2011, p. 127).

Posteriormente, numa tentativa de ampliar essa noção para práticas coletivas e também práticas não discursivas, Foucault passa então a usar o conceito de resistência incluindo em suas perspectivas as relações de poder. No entanto, segundo Edgardo Castro (2016), a noção de transgressão permanece e está atrelada à noção de prática de si, que

articula relações de saber e poder como possibilidade de subjetivação e de liberdade, assim como a resistência.

Resistência também como luta política. Nesse movimento Butler (2014) trabalha para desatrelar as perspectivas “Trans” da doença, buscando uma atribuição de legitimidade a toda e qualquer forma de expressão de gênero. O termo transexualismo é preterido por Butler, a autora defende que o sufixo “ismo”, denota, entre outras coisas, a patologia que a autora recusa (COSSI, 2011). Embora isso pareça apenas uma questão de terminologia é importante lembrar, buscando uma nova forma de pensar, estamos em uma luta política e isso é importante na resistência contra os manuais de códigos de doenças. Butler (2014) denota a palavra transexualidade, o que altera a noção de doença para possibilidade.

A autora evoca gêneros abjetos, que por suas próprias existências questionam e denunciam as relações, trazendo toda realidade da descontinuidade e da incoerência entre sexo anatômico, gênero, desejo e prática social. Butler (2014) dá voz aos abjetos, colocando em questionamento as modernas determinações das normas que regulam a produção do humano e acena para a possibilidade de novas e radicais transformações sociais. Para Butler (2014), as representações sociais foram tomando, ao longo da história, a forma de idealizações de gênero.

No pensar de Bento (2014), essas idealizações estabeleceram o domínio da masculinidade e da feminilidade, que de modo impróprio, fundamentadas no dimorfismo ideal e na complementariedade heterossexual dos corpos geraram as “normas de gênero”, estabelecendo o que é inteligivelmente humano ou não, o que é considerado “real” e verdadeiro ou não, delimitando assim um campo ontológico, onde determinam para os corpos o que é uma expressão legítima ou não.

Algo que é importante ressaltar que reforçadores de marcadores de controle também permeiam os grupos que lutam por transgressões. Podemos observar que hoje no meio das militâncias pelas causas das chamadas minorias no campo da sexualidade, no universo LGBTTTTIQA (...) que compreende lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexuados, *queer* e assexuados existe uma constante segregação via definição e redefinição de formas de ser e estar no mundo que muitas vezes reiteram a lógica binária, o sexismo, o preconceito e a exclusão.

De modo especial no reduto TTT (que compreende as travestis, transexuais e transgêneros) existe uma constante tensão de enquadre classificatório. É preciso dar nome,

controlar as expressões, porque definindo damos limites. Todos os dias os “outros” recebem ou se dão novos nomes, há um delírio classificatório que os tornam cada vez mais exóticos e expostos nas vitrines das diferenças instituídas a partir do discurso da pseudonormalidade da maioria.

Existem algumas tentativas de cunhar conceitos cada vez mais amplos na tentativa de instalar contradições e problematizar a questão. É o caso da expressão transgente que encontramos na página de um grupo no *facebook*⁴. No aplicativo Letícia Lanz, administradora do grupo, apresenta o movimento transgênero, que apresenta subsídios para que a transgeneridade seja concebida como uma luta por direitos, para além dos rótulos de identidades.

O Movimento Transgênero se articula em torno da luta pelos direitos civis das pessoas gênero-divergentes - quaisquer que sejam as suas identidades - que, em virtude de serem consideradas infratoras do dispositivo binário de gênero, ficam sujeitas a inúmeras e pesadas sanções sociopolíticas, econômicas e culturais. Essa luta compreende o combate sistemático à patologização e juridicalização da condição transgênera, bem como ao preconceito e discriminação em nome de pretensos valores morais e religiosos que sustentam o estigma e a transfobia, que são atos de violência física e simbólica dirigida a pessoas transgêneras. O Movimento Transgênero parte do Princípio Constitucional que garante a toda pessoa a liberdade de expressão e o direito de viver em sociedade, independente de raça, sexo, religião ou ideologia política, devendo ter para isso o pleno e total apoio e garantia de proteção do Estado (LANZ, 2015⁵).

Em função das inquietações provocadas pelo pensamento de Letícia Lanz perguntamos a ela, através do *Messenger*⁶, como era a história do termo “Transgente”? Se havia sido cunhado por ela, e se visava à forma de um movimento de luta... Ou representa um manifesto... Atenciosa Letícia explicou que:

Como os movimentos "oficiais" rejeitavam terminantemente (como ainda rejeitam) o termo transgênero, resolvi criar esse termo transgente, com o objetivo que está lá exposto na página do facebook, reunir toda e qualquer identidade gênero-divergente do nosso país no resgate e na defesa dos nossos direitos civis. Nossa luta é por direitos e não por identidades. Beijos, Letícia

Pensando a transgeneridade e a luta por direitos, uma das coisas que muito chama atenção são o embates que as pessoas trans precisam travar na construção de seus corpos.

⁴Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/transgente/permalink/837321766346918/>>.

⁵Diponível em: <<https://www.facebook.com/groups/transgente/permalink/837321766346918/>>.

⁶Aplicativo que permite troca de mensagens instantâneas entre usuários conectados à internet.

Em sua análise sobre o poder nos séculos XVII, XVIII e XIX, Foucault (2014) observa que na modernidade se delineia uma “anátomo-política do corpo” e ainda uma “biopolítica da população”. Segundo Giraldelli Júnior (2007) essas ideias presentes de modo mais evidente no primeiro volume da “História da Sexualidade” apontam para a disciplina e a regulação. Por disciplina passamos a compreender os modos de controle que percebem o corpo como aquilo que precisa ser adestrado, para expandir suas habilidades, extrair sua força, torná-lo dócil e produtivo, integrado a sistemas de controle eficazes e dóceis. A regulação evoca o corpo enquanto espécie e tem como marca controlar nascimento, morte, saúde, vitalidade. Foucault (2014) aponta para o nascimento das grandes proibições.

As grandes proibições incidem diretamente e com força brutal sobre os corpos transgêneros. No documentário “De gravata e unha vermelha” João Nery, em um de seus depoimentos, relembra o desconforto que sentia em conviver com seus seios, vivendo sua juventude em um período de proibição das cirurgias de mastectomia (retirada das mamas) precisou afrontar pessoas, burlar as barreiras e criar estratégias para se ver livre dos seios tão indesejados.

A primeira intervenção aconteceu aos 27 anos, mas apenas reduziu as mamas, mas de modo que ele considerou nada suficiente. O médico que realizou a cirurgia afirmou não ser possível mais do que havia sido feito, o avanço poderia gerar um processo contra o médico que poderia implicar na cassação de seu diploma. Isso gerou ainda mais desejo de suprimir logo os seios. Nery chegou a não respeitar o repouso fazendo exercícios para danificar de vez os seios, criar uma cicatriz que o mutilasse gerando outra marca.

O processo longo, quase clandestino e tumultuado exigiu transgressões perigosas às normas e mais duas cirurgias. Assim conseguiu se livrar dos seios. Depois disso João Nery fez ainda a cirurgia de retirada dos órgãos internos, se tornando o primeiro trans homem operado no Brasil.

Joguei tudo no lixo com muito prazer (00:52:59)⁷.

Hoje as “cirurgias” são permitidas e em alguns casos e lugares são financiadas pelo governo através do SUS (Sistema Único de Saúde). A seguir descrevemos alguns

⁷ Todas as informações verbais (transcrições literais, ou referências das falas dos participantes do documentário *De gravata e unha vermelha*) possuirão, a partir daqui, o indicativo do tempo em que aparecem no DVD. O formato adotado será o de indicação de “hora:minuto:segundo”. Embora esta prática não seja usual nós a adotamos como meio de facilitar possíveis buscas no filme através do temporizador de tela.

discursos do Ministério da Saúde, disponíveis no *site* oficial do Governo – Portal Brasil (BRASIL, 2015)⁸. A cirurgia de redesignação sexual tem sido considerada um componente importante do processo transexualizador, a ponto de ter sido incluída na pauta da agenda da saúde pública, mas esse processo nem de longe, costuma ser fácil ou realmente possível.

Segundo o Portal Brasil as Cirurgias de “mudança de sexo” (sic) são realizadas pelo SUS desde 2008. Para obter atendimento os pacientes devem atender aos requisitos como: maioridade, acompanhamento psicoterápico por pelo menos dois anos, laudo psicológico / psiquiátrico favorável e diagnóstico de transexualidade. Segundo a Advocacia-Geral da União (AGU) é imprescindível atender às exigências do Sistema Único de Saúde (SUS) para realização de cirurgia de troca de sexo. Os advogados e as advogadas da União entendem que, por ser um procedimento irreversível, é preciso que o paciente se enquadre em todos os requisitos.

Ainda conforme os dados do Portal Brasil (BRASIL, 2015) até 2014, foram realizados 6.724 procedimentos ambulatoriais e 243 procedimentos cirúrgicos em quatro serviços habilitados no processo transexualizador no SUS. Desde novembro de 2013, o Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 2.803, ampliou o processo transexualizador no SUS, aumentando o número de procedimentos ambulatoriais e hospitalares e incluindo procedimentos para redesignação sexual de mulher para homem.

Para ambos os gêneros, a portaria do Ministério da Saúde estabelece que a idade mínima para procedimentos ambulatoriais seja de 18 anos. Esses procedimentos incluem acompanhamento multiprofissional e hormonioterapia. Para procedimentos cirúrgicos, a idade mínima é de 21 anos. Ainda de acordo com o Ministério da Saúde os hospitais devem oferecer serviços de Atenção Especializada com médicos das áreas de endocrinologia, ginecologistas, urologistas, obstetras, cirurgiões plásticos, psicólogos e psiquiatras, além de enfermeiros e assistentes sociais.

Ao ler a descrição do *site* quanto à orientação da saúde pública, as coisas parecem ter evoluído bastante, parecendo mais acessíveis e menos sofríveis. Mas a realidade não é bem assim. A Professora Berenice Bento a partir de sua pesquisa de doutorado iniciada no ano 2000 publicou o livro *A Reinvenção do Corpo: Sexualidade e Gênero na experiência transexual*. Segundo ela o acompanhamento e análise minuciosa que a autora

⁸<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/cirurgias-de-mudanca-de-sexo-sao-realizadas-pelo-sus-desde-2008>

faz de todo o processo desde as primeiras entrevistas, passando pelo preenchimento de protocolos, os testes até a admissão para tratamento ambulatorial e a possível cirurgia existem muitos meandros todos perpassados por intensas relações de poder.

Taís Souza em sua participação no documentário “De gravata e unha vermelha” questiona o poder do Estado sobre os corpos.

É o Estado que decide sobre o corpo. E quem decide por si é colocado fora da sociedade (00:53:34).

Taís está certa, não é a pessoa desejosa de intervir no próprio corpo que decide ou não sobre a cirurgia. Isso depende de um diagnóstico. Uma avaliação diagnóstica consistente do “transtorno de identidade sexual” ou a “disforia de gênero” requer por parte de um profissional da saúde uma criteriosa análise da história do indivíduo e sua relação com o gênero que lhe é atribuído, além disso, são colhidos e analisados, em busca de coerência, os depoimentos de familiares.

Teste e entrevistas buscam a compreensão de desejos e perspectivas futuras de médio e longo prazo. Por fim busca-se identificar e mensurar graus de sofrimento psíquico e/ou prejuízos na vida social, afetiva, ocupacional e profissional. Feito isso, para que se possa então fechar um diagnóstico e avançar a investigação visa-se a exclusão da possibilidade de presença de outros transtornos psíquicos (comorbidades) como depressão, a ansiedade, a esquizofrenia, o retardo mental, além de personalidades manipuladoras, borderlines, narcisistas e histriônicas. Não obstante a tudo isso é preciso identificar, ou na melhor hipótese excluir, possibilidade de traços de uma “síndrome transexual”, como psicoses, uso de substâncias que alteram estados de ânimo ou humor, além de quadros epilépticos.

Depois disso é um relatório de base médica/psicológica, chancelado pelo poder do Estado, que decide se há ou não um transtorno que é a condição para uma cirurgia. Em função das dificuldades burocráticas, e dos interditos que muitos recorrem a procedimentos clandestinos, outros caminhos e aí segundo Taís Sousa, nesse ínterim, “a sociedade repudia o que é “trans” como aberração” (00:54:11).

Léo Moreira (00:53:06), outro participante do documentário, ao falar de sua transição, também traz para a discussão as questões das restrições e lembra que tudo passa para construção de um rótulo (diagnóstico) em que se faz as atribuições das doenças instituídas pelos manuais de psicopatologias. Léo cita a atribuição do F 64, código que indica o transtorno de identidade sexual, pelo CID 10 (Classificação Internacional de

Doenças), aludindo a atribuição de uma doença mental. Tais Souza também retoma o assunto lembrando que tudo depende de um laudo de Transtorno de identidade de gênero que gera uma patologia, lhe concede um atestado de incapacidade, mas não deflagra por parte do Estado uma ação de resguardo como uma aposentadoria e arremata questionando,

A gente não consegue compreender como é **ditada** essa tal sociedade (00:03:31) – (*grifo nosso*).

Nós poderíamos discutir aqui longamente sobre a patologização, sobre os manuais de diagnóstico, e o discurso médico, mas uma única coisa dita por Tais Souza nos coloca frente a frente com tudo isso por outro caminho: como é **ditada** essa tal sociedade? Quando ditamos... repetimos? Como acontecem as resistências? Não são apenas repetições; são jogos, criações, invenções:

a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força, encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, a formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 2014, p. 88-89).

Todo o documentário problematizado está encharcado de relações de poder e lutas – explícitas ou não! As pessoas criam, inventam, navegam pela produtividade do poder.

Finalizando o que não tem fim: as heterotopias

Os nomes não se sustentam porque não conseguem conter em si os sujeitos, os seus desejos e assim se multiplicam. Isso é paradoxal na luta pela livre expressão, pois a ideia da transgressão é justamente não ser contido. Não se trata de criar, a cada novo dia, mais um reduto que passa pelo crivo da linguagem matemática em que o conjunto contém, e o elemento é contido. Os nomes não dão conta dos desejos. A transgeneridade não precisa, ou não deveria precisar de um conceito único e universal de enquadre para colocar o gênero na antiga aparente dualidade do sexo mais uma vez. É preciso questionar: é possível escaparmos dos enquadramentos dos “nomes”? É possível criar espaços outros onde as subjetividades são esses outros espaços? Explicaremos a intencionalidade desta pergunta acionando o conceito de heterotopia.

As heterotopias, segundo Foucault, são lugares reais, efetivados que, embora se contraponham ao espaço instituído, coexistem com ele:

lugares que são delineados na própria instituição da sociedade, e que são espécies de contraposicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis (FOUCAULT, 2006, 415 p.)

Os outros lugares: “os jardins, os cemitérios, os asilos, as casas de tolerância, há as prisões, as colônias de férias do Clube Mediterrâneo, e tantos outros” (FOUCAULT, 2013, p. 20) constituindo heterotopias. Mas não só esses lugares. Pensemos em outros deixando emergir outras perguntas que insistem em encharcar nosso texto: o documentário “De gravata e unhas vermelhas” pode ser considerado um outro espaço dentro de um espaço localizável? Potencializa diferenças? Outros jeitos de viver a vida? Corpos em outro espaço? Foucault, (2013, p. 12) afirma que “a máscara, a tatuagem, a pintura instalam o corpo em outro espaço, fazem-no entrar em um lugar que não tem lugar diretamente no mundo, fazem deste corpo um fragmento de espaço imaginário que se comunicará com o universo das divindades ou com o universo do outro”.

No documentário analisado borbulham corpos que se subjetivaram singularmente. Que se vestem, se maquiam, que vivem, que se expressam... instalando esses seus corpos em outro espaço e contestando os espaços instituídos pela normalização, pela normatização, pelos controles tiranos. Essas pessoas assumem “espaços singulares que encontramos em alguns espaços sociais cujas funções são diferentes das dos outros, ou terminantemente opostas” (DEFERT, 2013, in FOUCAULT, 2013, p. 52).

Sem a intenção de responder provocamos com outras perguntas: o documentário constitui-se numa heterotopia? Os corpos que habitam o documentário são heterotópicos?

Terminando o que não tem fim afirmamos que nas águas revoltas das transgeneridades borbulham multiplicidades de habitar este mundo e requerem outros mergulhos nas significações dos corpos transgressores.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cidadania e Justiça**: cirurgias de mudança de sexo são realizadas pelo SUS desde 2008. Brasília, 2015. (Portal Brasil).

BENTO, Berenice. **A Reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transsexual. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2014

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução Ingrid Müller Xavier. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

COSSI, Rafael Kalaf. **O corpo em obra**: contribuições para a clínica psicanalítica do transexualismo. São Paulo: nVersos, 2011.

DEFERT, Daniel. **Pósfácio**. In: FOUCAULT, Michel. O corpo utópico, as heterotopias. Tradução: Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

DE GRAVATA e unha vermelha. Direção: Dudu Bertholini; Roteiro: Miriam Chnaidermam. [S. l.]: Imovision, 2014. (86 min). 1 DVD.

FOUCAULT, Michel. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Tradução: Inês Autran Dourado Barbosa. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. Coleção Ditos & Escritos III.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. Posfácio de Daniel Defert; tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **O corpo**: filosofia e educação. São Paulo: Ática, 2007.

KNUDSEN, Patrícia Porchat Pereira Silva. **Gênero, psicanálise e Judith Butler**: do transexualismo à política. 2007. 153 p. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LANZ, Letícia. **Transgênero**: um histórico do termo. 2013. Disponível em: <<http://www.leticialanz.org/transgenero-um-historico-do-termo/>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. 2014. 342 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

LANZ, Letícia. **“Movimento transgênero”**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/transgente/permalink/837321766346918/>>. Acesso em: 5 out. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In:_____. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. cap. 1, p. 7-34.

OLIVEIRA, Persio Santos. **Introdução à sociologia**. 20. ed. São Paulo: Ática, 2007

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.